

O carbono invisível sob nossos pés



» **PLÍNIO NASTARI**
Presidente da DATAGRO

» **SERGIO BALABAN**
*chefe de Gabinete do Senador
Fernando Farias (MDB-AL)*

Às vésperas da COP30, o Brasil vive um momento decisivo para reposicionar sua matriz energética e reafirmar sua liderança mundial na transição para uma economia de baixo carbono. É a chave para isso pode estar, literalmente, sob nossos pés. O debate sobre descarbonização não se limita à geração de energia limpa — envolve compreender o ciclo completo das emissões, com atenção especial ao carbono do solo, protagonista invisível que ainda não recebeu o devido reconhecimento.

O Brasil já se posicionou na vanguarda mundial ao eleger no Programa Nacional dos Biocombustíveis (RenovaBio), no Programa Mover, e na Lei Combustível do Futuro a Avaliação do Ciclo de Vida, também conhecida como critério “berço-ao-túmulo”, como métrica para definir o que deve ser considerado sustentável. A quase totalidade dos demais países ainda utiliza o limitado e parcial critério denominado “tanque-a-roda”, que leva em conta apenas emissões de canos de escape, com resultados pouco eficazes para o controle do aquecimento global. A adoção geral da avaliação do ciclo de vida poderá ser uma agenda relevante a ser destravada na COP30. Mas, mesmo no Brasil, ainda podemos avançar mais.

Estudos da Embrapa e de centros internacionais de pesquisa mostram que as raízes da cana-de-açúcar e a palhada que permanece após a colheita formam um

estoque natural de carbono capaz de capturar e armazenar volumes significativos de CO², muitas vezes superiores aos de florestas jovens ou de sistemas de pastagem. Essa reserva subterrânea é uma das maiores forças da agricultura tropical brasileira — mas sua relevância ainda não é plenamente capturada pelas metodologias oficiais de mensuração de emissões, como a RenovaCalc, que baliza o RenovaBio e o mercado de créditos de descarbonização (CBIOS).

O reconhecimento científico desse carbono é mais do que um ajuste técnico: é uma mudança de paradigma. Ao incorporar o estoque de carbono do solo, o Brasil não apenas demonstra com maior precisão os ganhos ambientais de seus biocombustíveis, mas fortalece a competitividade do etanol e da biomassa frente às fontes intermitentes — eólica e solar — que hoje concentram os incentivos públicos e a atenção dos investidores.

Essas fontes têm papel relevante na matriz elétrica, mas enfrentam desafios de estabilidade e custo oculto. A intermitência exige baterias e sistemas de armazenamento que, quando considerados em todo o ciclo de vida, aumentam substancialmente as emissões líquidas e o custo da energia. Além disso, o avanço da geração solar e eólica tem provocado o fenômeno do curtailment — a produção de energia em excesso nos horários de baixa demanda, cujo custo tende a ser repassado ao consumidor.

A biomassa, ao contrário, oferece modulação diária — ou seja, energia firme, capaz de ajustar sua oferta conforme a demanda, garantindo estabilidade ao sistema elétrico e dispensando o uso de baterias e outros sistemas de armazenamento de alto custo ambiental e econômico. É uma fonte renovável que gera emprego no interior, aproveita resíduos agrícolas e atua como sumidouro de carbono, especialmente quando se

considera o potencial de captura do solo. A energia de biomassa gerada em período complementar à hidráulica, tem gerado relevante economia e eficiência ao sistema elétrico interligado ao viabilizar o armazenamento de água nos reservatórios, fazendo com que se transformem em virtuais baterias sem custo adicional.

Nesse contexto, é essencial que o Poder Executivo institua, antes da COP30, um grupo de trabalho interinstitucional, com a participação do Ministério de Minas e Energia, da ANP, do MAPA e da Embrapa, para atualizar as metodologias oficiais de contabilização de emissões e incorporar o estoque de carbono do solo à RenovaCalc. Essa atualização permitirá que o Brasil apresente ao mundo uma métrica mais fiel à realidade do etanol e da biomassa, consolidando seu protagonismo na transição energética global.

Ao impulsionar a transição energética, o agro brasileiro confirma que desenvolvimento e sustentabilidade podem caminhar juntos. É um setor que alia produtividade, segurança alimentar e captura de carbono, alavancando cadeias produtivas de alimento e energia. Seus sistemas integrados — baseados na cana, no milho e na soja — agregam valor ao produto primário, produzem energia limpa, ração e proteína sem ampliar fronteiras agrícolas. Ao contrário, a intensificação da pecuária pelo uso de coprodutos gerados pela produção de biocombustíveis tem reduzido o período de terminação do gado bovino e, portanto, das emissões de metano. O Brasil é, assim, o raro exemplo de país que alimenta o mundo enquanto contribui para resfriá-lo.

O momento é de convergência. A ciência já mostrou o caminho; cabe, agora, à política e ao setor produtivo atualizarem as métricas, consolidando o solo como ativo climático. O carbono que está debaixo dos nossos pés pode ser o argumento mais poderoso do Brasil no novo ciclo verde global.

Ascensão e queda de um falso brilhante



» **JOSÉ NATAL**
Jornalista

Ainda vai levar um tempo, mais hora menos hora, o deputado do PL, Eduardo Bolsonaro vai cair na real, e entender que para ele, ao que parece, deu ruim. “Não deu mix”, como prega a garotada atendida nos rolês e outros trinques que a moda exige. Fim da farsa, simples assim. Toda aquela fanfarrice, esnobação e discurso fajuto contra o Brasil e os brasileiros, se não saiu de vez de seu vocabulário colegial, deveria sair.

Eduardo Nantes Bolsonaro, nascido em 10 de julho de 1984, em Resende, estado do Rio de Janeiro, foi muito bem aceito pelos eleitores paulistas em 2015, quando recebeu deles quase dois milhões de votos. Moradores do Ipiranga e da Avenida São João, e de outras tantas vias, viram nele encantos até hoje nunca revelados, opacos. Eleito e empossado, ocupou o Gabinete 785 do adifício Anexo da Câmara, e como manda o regimento, passou a embolsar por mês um salário de R\$ 46.365,00, regalias e benefícios, como tinha que ser.

No exercício do cargo, ocupou a tribuna apenas uma vez para falar a seus pares. Do que disse, nenhuma vírgula se aproveitou, e se apresentou algum projeto social ou de economia para o estado que o elegeu, ninguém se lembra ou registrou. Se fez algo que de alguma forma pudesse ter ajudado o estado que o elegeu, no livro de ocorrências nada foi registrado. Vale lembrar que antes de seu embarque de mala e cuia para os Estados Unidos — que para alguns foi uma fuga — o filho mimado de Jair Messias deixou registros gravados, no mínimo merecedores de especulação. Um deles, desconectado e em desacordo com a história republicana, elogiou a implantação do Ato Institucional número 5 (AI-5), documento macabro que limitou, censurou e deixou marcas tenebrosas durante o regime militar, página infeliz da nossa história. Também foi escolhido por colegas para presidir a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, por onde esteve por um curto período.

Sem função, e cuidando apenas em difamar o nome de autoridades brasileiras em solo americano, Eduardo ganhou de presente o cargo de líder da maioria do partido no parlamento, oferta generosa da colega parlamentar Caroline de Toni, garantindo a ele mais alguns meses de estadia nos Estados Unidos, onde despeja ironias e ofensas a ministros do Supremo Tribunal Federal do nosso país.

Com o cargo de líder, o filho do ex-presidente não só ganhou sobrevida, como se habilitou e se viu encorajado, a inclusive, se auto lançar postulante a uma vaga na disputa eleitoral à presidência da República do Brasil em 2026. Inquieto e provocador, mesmo a distância, o parlamentar atifa polêmicas e discordâncias entre familiares, irrita possíveis partidários e amigos, levando alguns deles a destinar adjetivos que nos obriga a tirar as crianças da sala.

Com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, de quem fala mal e sente ciúmes, Eduardo por mais de uma vez trocou farpas pela imprensa. Também, com frequência, bate de frente com a ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro, na visão dele, adversária, quem sabe, em alguma candidatura. Todo esse movimento político de Eduardo Bolsonaro nos últimos meses, sobejamente explorado pela mídia de um modo geral, caminha para dar a ele um desconfortável ostracismo, com danos irreparáveis para quem um dia sonhou com um podium universal, consagrador.

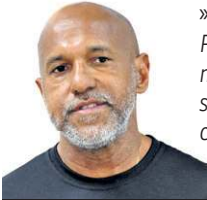
Mesmo ainda em fase de negociações, Brasil e Estados, leia-se Lula e Trump, afinam suas violas e cada um busca atender os interesses de seus países, por meio de reuniões equilibradas e tecnicamente planejadas. Ou seja, o terrorismo amador que Eduardo tentou espalhar junto às duas entidades em que em nada. Como deve dar em nada seus planos para desestabilizar entidades preocupadas com o bem comum da sociedade.

Difícil acreditar como um político, com amplas condições de progresso na carreira, faz escolhas tão atabalhoadas. Culturalmente preparado, deveria valorizar o acolhimento que, mesmo sem merecer, sempre recebeu. À luz da razão, somente ele não percebeu, até agora, que está fazendo palestras para auditórios vazios, acumulando discórdias entre os seus e, principalmente, mostrando-se arredio a qualquer gesto que conduza a união de forças que o tenha como estrela principal. Tem idade para uma retomada de posição, e como o tempo é o senhor da razão, a porta de juiço não tem cadeado.

maurenilson



Brifado



» **RICARDO NOGUEIRA VIANA**
*Professor de educação física,
mestrando em direitos humanos e
segurança pública (UFG). Delegado
chefe da 35ª DP*

Explica-se o motivo, expõe-se a missão e, como desfecho, utiliza-se uma frase de efeito: que Deus esteja conosco e um bom retorno a todos e todas. Não se trata de um culto ou uma palestra de autoajuda, mas de uma operação policial. Essa etapa refere-se ao “briefing”, termo utilizado para nomear uma reunião rápida e objetiva, em que o responsável pela operação transmite as informações necessárias aos policiais envolvidos. O que a sociedade recebe, nem sempre corresponde ao que foi planejado. O embate entre polícia e criminalidade é imprevisível, conflituoso, e, em certos estados brasileiros, por vezes, beligerante.

Nesse teatro de horrores, há personagens bem definidos. Embora não deveriam estar sozinhos nessa responsabilidade, a sociedade enxerga três atores. A polícia é a instituição autorizada pelo Estado a usar a força, formada por pessoas que, sob o colete, carregam anseios e frustrações econômicas e afetivas. Do outro lado, a criminalidade organizada se mostra armada, fraccionada e inserida em nichos periféricos, convivendo com uma população, majoritariamente negra, que foi empurrada para essas regiões. Entre esses dois polos, ergue-se um muro composto por ONGs,

especialistas, comentaristas, políticos e influenciadores, que giram seus canhões opinativos, ora para os uniformes, ora para os criminosos.

É oportuno registrar que, desde o Brasil colônia, ainda que de maneira informal e não especializada, a função de manter a ordem foi viabilizada a negros, pois esse dever era visto pelas elites como um trabalho vil. Assim foi com os feitores, capitães do mato, Terço dos Henriques, na Intendência Geral e na Guarda Real. Todos encarregados de conter escravizados, depois, negros libertos e seus descendentes. Laurentino Gomes (2019) relata que, até nos navios negreiros, outros negros desempenhavam papéis de contenção de cativos. Era uma forma de aceitação e, principalmente, sobrevivência. A partir do desembarque em terras de Pindorama, estruturou-se, de modo estratégico, uma guerra de negros contra negros: os que se aproximaram da Casa Grande e os que continuaram subjugados.

Assim, as forças de segurança sempre foram caminhos de mobilidade social para os afrodescendentes. Contudo, é necessário afirmar que esse acesso à classe média, via de regra, se dá em áreas operacionais, na linha de frente, em contato direto com a população. O oficialato das polícias militares, assim como os cargos de delegados de polícia, ainda são espaços embranquecidos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2024, 50,5% dos policiais militares e civis do Brasil eram negros; dos mortos em serviço, 65,4% eram negros. Por outro lado, 82% das mortes provocadas por intervenções policiais são de pessoas negras, em sua maior parte jovens entre 18 e 29 anos. É sangue negro dos dois lados.

No outro extremo, estão os criminosos. Daí surge a máxima: “Bandido bom é bandido morto” (entenda-se bandido negro). Entretanto, é preciso pensar criticamente sobre o que significa ser “bandido” para uma sociedade racista, sob o ponto de vista jurídico, econômico e social. No Brasil, há crimes violentos, na sua maioria sustentados pelo narcotráfico. É um fato. Porém, essa mesma sociedade convive também com crimes de colarinho branco, delitos supostamente não violentos, praticados por indivíduos com status elevado. O próprio termo “colarinho branco” já define quem são seus sujeitos ativos. Estes são venerados por parte da população, e a cadeia é uma exceção. Já no caso da criminalidade periférica, formada principalmente por negros, chancela-se o extermínio.

É diante desse quadro que mais corpos negros, sejam policiais ou civis, continuarão tombando. Tudo isso é consequência da omissão e leniência estatal. Sem soluções objetivas, claras e concisas, precisamos reconhecer as causas desse cenário. O Estado brasileiro foi conivente com a escravidão e omissão na abolição, pois não ofereceu ações afirmativas para a integração dos afrodescendentes: não concedeu escola, terra, nem subsídio, todos dados, posteriormente, a imigrantes. Foi omissão quando a Constituição de 1891 e nas subsequentes, previu a igualdade formal e abstrata que nunca alcançou todos de maneira igualitária. O erro persiste, quando o Estado finge não reconhecer o racismo estrutural e não conduz políticas públicas ao povo negro, o qual sempre guardou esta sociedade que o discrimina. Enfim, aguardemos o próximo briefing. Que Deus esteja conosco e dê um bom retorno a quem conseguir.